

**Mauro Pedroso Gonçalves**

# **RECURSO DE APELAÇÃO**

**Efeito Devolutivo**

**2ª Edição  
Revista e Atualizada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2019

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-9011-9**

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ermani de Carvalho Pacheco

---

Gonçalves, Mauro Pedroso.

G635 Recurso de apelação: efeito devolutivo./ Mauro  
Pedroso Gonçalves./ 2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2019.  
170p. 1155429

1. Apelação (Direito). I. Título.

00062

CDD 345.05(22.ed.)  
CDU 343.131.5

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>Capítulo 1 – TEORIA GERAL DOS RECURSOS</b> .....	19
1.1 RECURSO COMO MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL .....	19
1.2 NATUREZA JURÍDICA DO RECURSO .....	24
1.3 ADMISSIBILIDADE E MÉRITO RECURSAL .....	26
1.3.1 Juízo de Admissibilidade (Pressupostos de Admissibilidade Recursal) .....	29
1.3.2 Juízo de Mérito ( <i>Error in Iudicando e Error in Procedendo</i> )....	35
<b>Capítulo 2 – RECURSO DE APELAÇÃO</b> .....	39
2.1 APELAÇÃO E SENTENÇA COMO ARQUÉTIPOS RECURSAL E DECISÓRIO .....	39
2.2 PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DA APELAÇÃO .....	45
2.3 PROCEDIMENTO DA APELAÇÃO.....	48
2.3.1 Procedimento em Primeira Instância .....	48
2.3.2 Procedimento em Segunda Instância .....	51
<b>Capítulo 3 – EFEITOS DOS RECURSOS</b> .....	57
3.1 IMPEDITIVO DE FORMAÇÃO DE COISA JULGADA .....	57
3.2 DEVOLUTIVO.....	59
3.3 TRANSLATIVO.....	67
3.4 REGRESSIVO .....	72
3.5 SUSPENSIVO.....	73
3.6 EXPANSIVO .....	75
3.7 SUBSTITUTIVO .....	76
<b>Capítulo 4 – REFORMA DO EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO</b> .....	79
4.1 CRISE DO JUDICIÁRIO <i>VERSUS</i> EFETIVIDADE, INSTRUMENTALIDADE E CELERIDADE .....	79
4.1.1 Devido Processo Legal como Princípio Gerador de Princípios .....	80
4.1.2 Efetividade, Instrumentalidade e Celeridade .....	82
4.2 A REFORMA DO CPC/1973 E O SURGIMENTO DO CPC/2015.....	84

4.3	AMPLIAÇÃO DE PROFUNDIDADE E LIMITAÇÃO DE EXTENSÃO DA DEVOLUTIVIDADE .....	87
4.3.1	Plano Vertical do Efeito Devolutivo .....	88
4.3.2	Plano Horizontal do Efeito Devolutivo .....	90
4.4	APLICAÇÃO DA DEVOLUTIVIDADE REFORMADA DA APELAÇÃO .....	94
4.4.1	Pressupostos Formadores da Teoria da Causa Madura .....	94
4.4.2	Necessidade de Aplicação e da Faculdade de Requerimento .....	96
4.5	ADEQUAÇÃO DO ART. 1.013, §§ 3º E 4º, DO CPC/2015 AO ORDENAMENTO JURÍDICO .....	98
4.5.1	Não Violação ao Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, por Inexistência de Supressão de Instância .....	99
4.5.2	Possibilidade de Mitigação do Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, por Ser um Princípio Implícito .....	101
4.5.3	Não Violação ao Princípio do Juiz Natural, por Inexistência de Supressão de Competência .....	106
4.5.4	Solução da Antinomia Imprópria, na Hipótese, Entre o Princípio da Duração Razoável dos Processos e o Princípio do Juiz Natural .....	111
4.5.5	Ausência de Transgressão ao Princípio da <i>Ne Reformatio in Pejus</i> .....	119
<b>Capítulo 5 – APLICAÇÕES DO EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO .....</b>		<b>121</b>
5.1	EXTENSÃO HORIZONTAL DA DEVOLUTIVIDADE DE OUTROS RECURSOS CÍVEIS .....	122
5.1.1	Embargos de Declaração; e Embargos Infringentes de Alçada ..	123
5.1.2	Recurso Inominado; e Recurso Ordinário .....	123
5.1.3	Recurso Especial; Recurso Extraordinário; e Embargos de Divergência .....	129
5.1.4	Agravo em Recurso Especial ou Extraordinário .....	134
5.1.5	Agravo de Instrumento; e Agravo Interno .....	135
5.2	CORREÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES <i>ULTRA, CITRA E EXTRA PETITA</i> .....	136
5.2.1	Ausência de Nulidade em Decisões <i>Ultra Petita</i> .....	139
5.2.2	Julgamento Imediato da Lide em Recursos contra Decisões <i>Citra</i> ou <i>Extra Petita</i> .....	142
5.3	JULGAMENTO IMEDIATO DO MÉRITO EM REMESSA NECESSÁRIA .....	146
5.4	APLICAÇÃO DO ART. 1.013, § 4º, DO CPC/2015 EM DECISÃO QUE AFASTA A PRESCRIÇÃO OU A DECADÊNCIA .....	149
<b>CONCLUSÃO .....</b>		<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>157</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>		<b>159</b>